



NÔ PINTCHA

* ORGÃO DO COMISSARIADO DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E TURISMO *

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS, AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEFONE: 3713/3726/3728

B I S S A U

ELEIÇÕES PARA CONSELHOS REGIONAIS

- ★ **Prosseguem os preparativos em todo o país**
- ★ **Comissão Eleitoral Nacional reúne-se hoje**

A preparação das próximas eleições, de 19 a 21 do corrente, para a escolha dos representantes dos Conselhos Regionais, fez voltar a atenção das actividades do país no sentido de levar a cabo esta tarefa histórica. Os Conselhos Regionais serão eleitos, de acordo com a Constituição, por sufrágio directo, universal e secreto. Lembra-se que os primeiros deputados eleitos à Assembleia Nacional Popular adoptaram um mandato de três anos na Constituição, tendo fixado para 1976 a realização de uma nova consulta popular para a renovação dos Conselhos Regionais, os quais elegerão, no seu seio os deputados da segunda Legislatura da Assembleia Nacional Popular.

Anteontem, domingo, desenvolveu-se um intenso trabalho de dinamização política, em todas as regiões do país e no sector Autónomo da Cidade de Bissau. Os trabalhos foram dirigidos por delegados da Comissão Eleitoral Nacional, que se espalharam nesse mesmo dia para o interior do país. Participaram todos os responsáveis das diversas actividades nas regiões, em franca colaboração, com vista a proporcionar êxitos às eleições para os Conselhos Regionais.

Estão previstas para o próximo dia 28, as eleições dos deputados à Assembleia Nacional Popular.

Depois de regressados à capital, os representantes da Comissão Eleitoral Nacional nas regiões tiveram uma reunião de esclarecimento, ontem no fim da tarde no Palácio da República. Nessa reunião, cada grupo regional apresentou à Comissão Nacional Eleitoral uma exposição das actividades desenvolvidas no local e os problemas que devem ser resolvidos para a celebração do processo. Presidiu a reunião o Pre-

(Continua na página 6)

DELEGAÇÃO SUECA VISITA O PAÍS

Uma delegação sueca da SIDA, formada por seis pessoas, chegou ontem a Bissau para a renovação da assinatura do acordo de cooperação e desenvolvimento com a Guiné-Bissau a assinatura de vários outros acordos em diversos ramos da nossa actividade.

A delegação, chefiada por Olof Shoglund, deverá permanecer quatro dias no país, durante os quais manterá conversações com uma delegação do nosso Governo. Esta é integrada pelos camaradas Fernando Fortes, Comissário dos Correios e Telecomunicações, Filinto Vaz Martins, Comissário de

Estado da Energia, Indústria e Hidráulica, Alberto Lima Gomes, Comissário das Obras Públicas, Construção e Urbanismo, Manuel Boas, secretário-geral do Comissariado da Saúde e Assuntos Sociais, Leonel Vieira, director-geral da Divisão Europa-América do Comissariado dos Negócios Estrangeiros e vários outros representantes do Governo.

Os trabalhos iniciaram-se na tarde de ontem, no salão Amílcar Cabral, da Associação Comercial, Industrial e Agrícola da Guiné-Bissau, prosseguindo hoje de manhã, à 9 horas, e no mesmo local.



Constantino Teixeira, presidente da Comissão Nacional Eleitoral

BOLETIM OFICIAL

Com a data de 1 de Dezembro de 1976, foi posto à venda um Suplemento do Boletim Oficial, contendo a decisão n.º 11/76 do Conselho de Estado que promulga a Lei Eleitoral. Do Conselho dos Comissários de Estado publicou-se o decreto n.º 36/76, o que determina que a Comissão Eleitoral Nacional será constituída pelos cidadãos que indica e ainda o decreto n.º 37/76, que fixa a data para a eleição dos membros dos Conselhos Regionais.

Um texto de Amílcar Cabral sobre a criação da Assembleia Nacional Popular da Guiné

(Pag. 3)

José Pereira ao Nô Pintcha: "Libertação do processo de desenvolvimento das forças produtivas nacionais"

(Pag. 8)

Criada a Comissão da Administração da Caixa Sindical da Previdência

Foi criada a Comissão da Administração da Caixa Sindical da Previdência, formada pelos camaradas Presidente, José Pereira — secretário-geral da UNTG, secretário, Henriqueta Godinho Gomes — directora do Gabinete do Comissário Principal, vogal-tesoureiro, César Luís Barbosa — do Comissariado das Finanças, vogais, Avelino Queita — director-geral do Trabalho, Carlos Domingos Gomes, representante das entidades patronais e Ivo Cirilo de Andrade, representante dos trabalhadores.

Após a posse concedida pelo camarada José Pereira, seguiu-se à primeira reunião, para analisar a situação geral da Caixa Sindical.

Victor Saúde Maria na reunião da OUA

(Pag. 6)



ENCONTRO NACIONAL DE RESPONSÁVEIS REGIONAIS

A discussão dos problemas do Partido, o recrutamento do pessoal, o controle das despesas e receitas, a conservação dos bens do Estado. Problemas da produção, das actividades dos jovens, o recenseamento eleitoral, o desenvolvimento comunitário e a revisão do sistema administrativo do país, foram alguns dos pontos abordados pelo Comissário da Administração Interna, Função Pública e Trabalho, Rui Barreto, na

entrevista concedida ao NÔ PINTCHA, a propósito do encontro nacional dos responsáveis regionais. Corrido em Bissau, de 8 a 18 do mês passado, este reuniu presidentes dos Comités de Estado das regiões e dos sectores do país, assim como responsáveis administrativos e secretários regionais para a organização do Partido.

Durante a reunião, que contou com a presença do Presidente Luiz Cabral e do Comissário Principal, este

último na sessão solene de abertura, foram debatidos ainda problemas relacionados com a elaboração de um plano de trabalho para os próximos três anos e a criação de um quadro técnico comum a todas as regiões, o que irá permitir uma rápida realização dos projectos daquele Comissariado, em vista ao melhoramento das condições de vida das populações.

(VER CENTRA

Pedidos de correspondência

«Sou cubano de 21 anos de idade, estudo o terceiro ano da faculdade de Letras e Ciências: o curso de Pedagogia Especial Superior. Gosto de ler literatura latino-americana e portuguesa. Colecciono postais e selos. Estabeleço amizades. Quando recebo as cartas de cada país do mundo, respondo-as todas em seguida. O meu desporto favorito é a natação e o meu signo zodiacal é Leão.

Escrevo-os para poderem publicar a minha direcção, a fim de manter correspondência com pessoas de todo o mundo (África) e ao mesmo tempo fazer intercâmbio de selos e postais principalmente».

Alberto Hdez Azicri — Apartado 92, Ciudad Havana 1 — CUBA.

Um amigo deu-me o endereço deste jornal e disse que vocês atender-me-iam. Gostaria que publicassem o meu nome para correspondência com todo o mundo, de qualquer idade, sexo, cor ou raça, para fins de amizade e troca de selos e postais.

Não é necessário que eu seja logo atendida, assim que vocês puderem. Ficarei muito grata.

As cartas podem ser em português ou espanhol. Meu endereço é: Teresinha de Jesus Andrade (16 anos), Rua 13 de Maio 858/SUL — 64 000 — Teresinha — PIAUI-BRASIL.

Ferro preto, fiel amigo

Braços musculosos, suarentos
Olhos vermelhos, decididos...
Cabeça erguida, aprumo, certeza...
Passos firmes, encaminhados para a meta.
Na ilharga, o ferro preto, fiel amigo
Que não querias...
Que não querias mas que te forçaram a querer
Ferro preto, fogaz, certeiro, chamejante.
No sossêgo e na paz, pesado como chumbo
No combate, leve como lã, ferro preto
Amigo que não querias...
Teu inseparável companheiro.
Na noite escura como breu
No dia de sol escaldante como inferno
Na tempestade furiosa d'África Negra
Que importa? Na ilharga, teu amigo, teu defensor
Teu amigo, oh! corajoso combatente da liberdade
De braços musculosos, suarentos...
Acarinha teu ferro preto, fala com ele
A liberdade por que anseias
Há-de vir! Chegou!
O ferro preto que não querias, venceu!!!
E soubeste manejá-lo, ousado combatente.
Obrigado camarada e ao ferro preto também.

CARLOS ALBERTO RODRIGUES SILVA (BETO)
(Funcionário das FARP)

Vai ser criada Associação dos Antigos Alunos da Escola Piloto

O secretário da Organização do Partido, camarada Jose Araújo, presidiu no domingo passado no Palácio da República, a uma reunião com os antigos alunos da Escola Piloto. A reunião ocupou-se da discussão de um projecto submetido à Direcção do Partido para a criação de uma Associação dos Antigos Alunos da Escola Piloto. Ela terá por objectivos fundamentais a consolidação dos laços particulares de amizade e soli-

diedade que sempre uniram os antigos alunos daquela escola, a entreajuda entre os associados e a valorização da sua contribuição para as actividades da JAAC e do Partido na obra de reconstrução nacional.

José Araújo felicitou os antigos alunos pela ideia de criação da Associação, e transmitiu-lhes o inteiro apoio da Direcção do Partido à sua iniciativa. No termo da reunião, o secretário da organização do

Partido incitou os jovens a manterem sempre vivo o seu espírito de militância e a participarem nas actividades ligadas à realização das próximas eleições, assim como nos trabalhos preparatórios do Terceiro Congresso do PAIGC, que terá lugar de 27 a 31 de Julho de 1971. A sessão solene da fundação da Associação deverá realizar-se no decurso desta semana.

Manuel Boal regressou da Suíça

Regressou no sábado passado a Bissau o secretário-geral do Comissariado de Saúde e Assuntos Sociais, Manuel Boal, após ter permanecido na Suíça durante sete dias, a convite da Organização Mundial da Saúde. Durante a sua estadia naquele país o nosso representante discutiu com organizações suíças o plano nacional da saúde, com vista ao funcionamento de projectos neste domínio.

Assinado mais um acordo com a União Soviética

Foi assinada no fim da manhã de terça-feira passada, no Comissariado de Estado de Energia, Indústria e Hidráulica, um acordo de cooperação com a União Soviética, que prevê a assistência técnica soviética na construção de cinco centrais eléctricas Diesel nas cidades de Bolama, Gabú, Bissorã, Cacheu e Farim. As referidas centrais dividem-se em dois grupos. Um grupo com 1200 kilowates cada, para Bolama e Gabú e outro com 450 kilowates, para Farim, Cacheu e Bissorã.

O contrato estipula ainda trabalhos de estudo e prospecção tecnológica, fornecimento de equipamento e materiais necessários, assim como o envio de técnicos soviéticos para participarem na construção e montagem das referidas centrais. Prevê ainda a formação do pessoal técnico

guineense que garanta o bom funcionamento das centrais. A efectivação do contrato efectuar-se-á na base de crédito concedido pela União Soviética em decorrência do protocolo intergovernamental celebrado anteriormente.

A sua concretização resolverá o problema de fornecimento da energia eléctrica às populações dessas regiões e atenderá as necessidades das empresas industriais e públicas. O acordo foi assinado pelo camarada Filinto Vaz Martins, Comissário de Estado de Energia, Indústria e Hidráulica, na presença do director-geral da Energia, Anastácio Furtado. Pela parte soviética assinou o conselheiro económico da Embaixada, Stanislau Roumantsev, estando também presentes vários outros representantes da embaixada soviética no país.

Guiné-Bissau e EUA cooperam no domínio da agricultura

Realizou-se na sexta-feira passada, na Direcção-Geral de Cooperação Internacional do Comissariado Principal, a assinatura de um acordo sobre o desenvolvimento agrícola entre Guiné-Bissau e os EUA no valor de 500 mil dólares (cerca de 15 milhões de pesos). Assinaram, da nossa parte, o camarada Inácio Semedo Júnior, Director-Geral de Cooperação Internacional e o embaixador dos Estados Unidos, a senhora Milissa Wells que representou o seu país. Estiveram ainda presentes os camaradas Avito José da Silva, Secretário-Geral do Comissariado da Agricultura e Pecuária e Leonel Vieira, Director-Geral da Divisão Europa-América do Comissariado de Estado dos Negócios Estrangeiros.

O projecto é uma cooperação entre o Comissariado

de Estado da Agricultura e Pecuária e a A.I.D. (Agência Internacional de Desenvolvimento) que visa o fortalecimento da implementação das actividades do Comissariado na produção e armazenagem de sementes, previsão de colheita e reclamação de terreno. A A.I.D. financiará a construção e renovação de armazéns em todo o país e o equipamento de laboratórios de patologia vegetal e laboratório de ensaio de sementes. Além disso o acordo contempla a aquisição de tractores e camiões para assistência na recuperação de bolanhas. Dentro do acordo de cooperação concluído entre os dois governos prevê-se uma viagem de estudo a outros países africanos e aos Estados Unidos a fim de os nossos técnicos aprofundarem os seus conhecimentos no domínio da agricultura.

RESPONDE O POVO

Eleições regionais

Em 1972, durante a luta de libertação nacional, foram realizadas durante oito meses (de Janeiro a Agosto), em todas as regiões libertadas, os preparativos para as eleições por sufrágio universal, directo e secreto para os Conselhos Regionais. Estes, após a sua eleição, elegeram no seu seio os representantes das massas populares trabalhadoras, os quais, juntando-se aos quadros militantes do Partido, escolhidos pelos combatentes da liberdade da Pátria, constituíram a primeira Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau. De acordo com a Constituição adoptada foi fixada para este ano a realização de uma nova consulta para a renovação dos Conselhos regionais os quais elegerão no seu seio os deputados da II Legislatura da Assembleia Nacional Popular. Três pessoas dão a sua opinião sobre as próximas eleições que decorrerão de 19 a 21 deste mês.

António J. Melo, 23 anos empregado de escritório — «Tomei conhecimento no NÔ PINTCHA da decisão do nosso Governo de que as eleições realizar-se-ão nos próximos dias 19, 20 e 21. Devo dizer que esta notícia me surpreendeu uma vez que nunca pensei que isso

fosse possível tão cedo. Não que esteja em desacordo com esta decisão mas a verdade é que outros países e povos que lutaram e conquistaram a sua independência, só ao fim de muitos, mas muitos anos é que se realizaram as eleições livres, aliás o que se compreende muito bem. Penso que este facto constitui não só para nós, mas como para toda a humanidade uma grande prova de democracia e confiança que só uma identificação perfeita, Povo-Governo-Partido torna isso possível. Julgo que todo o cidadão da nossa terra deve estar a altura a fim de poder corresponder a

mais este chamamento. Para tal é preciso que cada um se inteire do processo eleitoral. Acho que o nosso povo, mesmo aqueles que viviam nas áreas controladas pelos tucas, depois de devidamente esclarecidos, portanto, depois de um profundo trabalho de mobilização, responderão positivamente, votando em massa».

Carla Maria Lopes, 20 anos, estudante — «O processo eleitoral para a realização da próxima Assembleia Nacional Popular vai provocar muito trabalho e vai exigir a dedicação de todos os filhos da nossa

terra, porque, a campanha para a primeira Assembleia Nacional Popular foi feita nas zonas libertadas durante oito meses. Agora que é para todo o território nacional, foi começado nas vésperas da Assembleia. Mesmo assim penso que o nosso povo está preparado para exercer o seu processo eleitoral. Nós, em Bissau, não tivemos o privilégio de eleger os deputados à Assembleia Nacional Popular porque nessa altura ainda éramos dominados pelo colonialismo. Agora, depois da libertação total da nossa terra, todos nós temos a possibilidade de escolher livremente os membros dos

Conselhos Regionais e, conseqüentemente, para a Assembleia Nacional Popular. Todos sabemos que este processo é de grande responsabilidade e, se olharmos em torno das nossas limitações vemos que temos várias dificuldades. Mas estamos seguros que irá ser um sucesso. Este processo eleitoral vai ser um acto histórico, porque são as primeiras eleições após a libertação total do nosso território nacional. Vai contribuir também para acelerar o processo de transformação que caracteriza a nova fase de reconstrução nacional».

A ONU pede atenção especial para a República de Cabo Verde

Depois de uma ausência de três semanas, durante a qual participou nos debates da Comissão para os Assuntos Económicos da 31.ª sessão das Nações Unidas e esteve em missão de trabalho no Canadá e na Holanda, regressou à Praia o camarada José Brito, Director Nacional da Cooperação.

Nos trabalhos da referida Comissão aprovou-se uma resolução especial incluindo Cabo Verde nos países em desenvolvimento menos favorecidos e pedindo à Comunidade Internacional que dê uma atenção especial ao país.

Em Washington, o Camarada José Brito, em companhia do Embaixador de Cabo Verde, Dr.

Raul Querido Varela, foi recebido pelo Secretário de Estado Adjunto para os Assuntos Africanos e pelo Director para a África da USAID, discutindo-se a aplicação da ajuda dos Estados Unidos ao país durante o ano de 1977, bem como a futura ajuda.

O camarada Director Nacional da Cooperação deslocou-se depois ao Canadá, ainda acompanhado do Embaixador de Cabo Verde, sendo recebido pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e pelos responsáveis da Agência Canadiana de Desenvolvimento Internacional. A delegação caboverdiana apresentou diversos projectos, nomeadamente

nos domínios da pesca artesanal e de desenvolvimento agrícola da ilha da Boa Vista. O Canadá enviará brevemente uma delegação a Cabo Verde a fim de serem discutidos os projectos apresentados. O camarada José Brito aproveitou ainda a sua estadia no Canadá para contactos com diversas organizações não governamentais.

No regresso a Cabo Verde, fez uma escala na Holanda, tendo discutido com os responsáveis desse país no domínio da cooperação, acerca da ajuda a Cabo Verde. Foi assinado um comunicado conjunto pelas autoridades holandesas e o camarada Director Nacional da Cooperação

S. Vicente

PLANO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO AVANÇA

Começaram na semana passada em todas as zonas os trabalhos integrados dentro do plano regional de desenvolvimento comunitário. Depois do plenário de moradores efectuado no salão do Secretariado Administrativo, em que foram debatidos os últimos pontos relacionados com a Organização dos trabalhos, foi criado um Secretariado Coordenador, destinado a pôr em funcionamento toda a máquina de desenvolvimento comunitário. A iniciativa no seio da população foi desde o princípio mobilizadora em todas as zonas. Além dos indivíduos anteriormente assistidos pelos Assuntos Sociais que de-

vem dar o seu contributo dentro das regras que orientam e essa iniciativa, os moradores em geral vão contribuindo voluntariamente para melhorar as condições de vida nas suas zonas de residência. Em Cruz de Espia, onde a população possuía vários instrumentos de trabalho, procedeu-se no Domingo passado, à entrega dos mesmos à Comissão de moradores a fim de serem postos ao serviço da comunidade local. Com a grande carência de instrumentos de trabalho tal iniciativa reveste-se de uma importância extraordinária pois vai permitir à comissão coordenadora a atenção noutras zonas de maior ca-

rência.

Os trabalhos avançam em bom ritmo em Fonte Francês, Fernando Pó e Ribeira de Craquinha. Na zona de Cruz de Espia continua-se a construção de um depósito destinado a suprir as necessidades de água. No momento em que o Partido e Estado estão seriamente empenhados na difícil tarefa de promover a criação de estruturas de base que permitam ao povo participar na vida administrativa do país, as comissões de moradores, formadas um tanto apressadamente, surgem como uma necessidade de resposta a problemas concretos de cada zona.

SOLIDARIEDADE

Membros do "Angola Comité" visitam Cabo Verde

Encontram-se de visita ao nosso país, a convite do PAIGC, Sietse Bosgra e Trineke, membros do «Angola Comité» de Amsterdam.

O «Angola Comité» há mais de 12 anos vem apoiando, quer a luta de libertação nas ex-colónias portuguesas, através dos seus representantes legítimos, PAIGC, MPLA, FRELIMO e MLSTP, quer a luta dos povos da África Austral (Namíbia, Zimbábue e África do Sul).

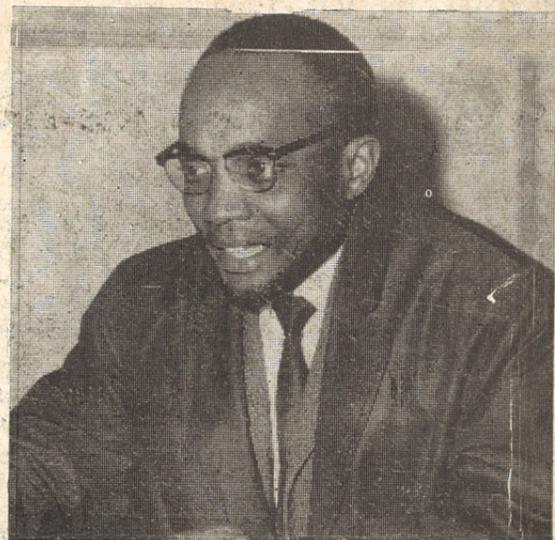
Sietse Bosgra tem sido o principal animador deste Comité que se revelou dos mais activos e consequentes no apoio à justa luta dos nossos povos, através de publicações várias, como por exemplo «Facts and Reports», colectânea de artigos publicados nos mais importantes artigos, jornais e revistas do mundo, de campanhas, como a do reconhecimento da República da Guiné-Bissau e o boicote à compra do café angolano pela

Holanda, durante a dominação colonial e ainda através de conferências internacionais.

Particularmente, Sietse Bosgra, que é autor de vários livros, dos quais se destaca «Portugal e a NATO», não se poupou a esforços no sentido de levar ao conhecimento do mundo não só a justa luta travada pelos nossos povos, como as atrocidades cometidas pelos coloniais-fascistas de Salazar e Caetano.

UM TEXTO DE AMILCAR CABRAL

publicado pelo Conselho Superior da Luta do PAIGC a 8 de Janeiro de 1973



Sobre a criação da Assembleia Nacional Popular da Guiné (1)

«A situação que prevalece na Guiné (Bissau) depois de 1968 e em resultado da luta de libertação levada a cabo pelo povo deste país sob a direcção do PAIGC é comparável à de um estado independente em que uma parte do território nacional, principalmente os centros urbanos, está ocupado pelas forças estrangeiras. Dezenas de observadores insuspeitos, de várias nacionalidades e diversas profissões puderam visitar o nosso país, quer a seu pedido quer a nosso convite, fizeram declarações irrefutáveis (verbal, escrita fotográfica e cinematograficamente) sobre a situação real e vitoriosa: vastas regiões se libertaram do jugo colonial, e uma vida nova, política, administrativa, económica, social e cultural tende a desenvolver-se nestas regiões, enquanto que as forças nacionalistas apoiadas pelas populações, se batem com sucesso contra os colonialistas para conquistar a libertação do país».

«Mais recentemente, em Abril de 1972, uma missão especial das Nações Unidas, composta por representantes de três Estados membros da organização e devidamente designados pela Assembleia Geral dessa mesma organização visitaram as regiões libertadas do nosso país, onde permaneceram uma semana. Dentre as conclusões que a missão especial pode tirar da sua visita futuramente histórica, conta-se o seguinte... que a luta para a libertação do território continua a progredir e que Portugal já não exerce qualquer controle administrativo efectivo sobre as vastas zonas da Guiné (Bissau) é um facto irrefutável... É igualmente evidente para as populações das zonas libertadas mantêm sem reservas a política e as actividades do movimento de libertação do PAIGC o qual, após nove anos de luta armada, exerce nestas zonas um controle administrativo livre e de facto, e protege sem dúvida os interesses dos habitantes apesar das actividades portuguesas».

«Uma tal situação encerra uma contradição que, face à obstinação criminosa do Governo de Lisboa, que intensifica a sua guerra colonial de genocídio contra os direitos legítimos do nosso povo à autodeterminação, à independência e ao progresso, dificulta a marcha da luta e põe entraves ao pleno desenvolvimento da personalidade da nossa nação africana forjada na luta. Na verdade, enquanto que o nosso povo dispõe, há já alguns anos, de instituições políticas, administrativas, jurídicas, militares sociais e culturais — portanto de um Estado — e é livre para governar mais de dois terços do território nacional, não possui uma personalidade jurídica no plano internacional. Por outro lado, o funcionamento, de tais instituições, enquadrado na

nova vida em desenvolvimento nas regiões libertadas, exige uma maior participação do povo, através dos seus representantes, não somente no que se refere ao estudo e à resolução dos problemas do país e da luta, mas também no controle efectivo das actividades do Partido que o dirige».

«Para resolver a contradição acima mencionada e responder às exigências de uma maior e efectiva participação do povo, a direcção nacional do Partido, após vários debates, optou pela criação, através de eleições gerais, livres e democráticas, dum Assembleia Nacional Popular, a primeira da nossa história, a qual, na sua qualidade de órgão supremo da soberania do povo, será criada para proclamar a existência de um Estado nacional na Guiné (Bissau), dotado de um executivo e promulgar uma constituição para a nossa nação africana».

«Foi assim que a reunião do Conselho Superior da Luta (CSL), efectuada de 9 a 17 de Agosto de 1971, decidiu, por aclamação, que o Partido devia tomar imediatamente todas as medidas necessárias para realizar em 1972, nas regiões libertadas, as eleições gerais, por sufrágio universal e secreto, para a constituição da primeira Assembleia Nacional Popular (ANP) na Guiné (Bissau). Na base desta decisão histórica definiu-se o processo e método a seguir para as eleições, assim como os critérios para a escolha dos candidatos para a ANP normas tornadas públicas num documento intitulado «Bases para a criação da primeira Assembleia Nacional Popular na Guiné», que foi aprovado pela reunião do Comité Executivo da Luta (CEL), em Dezembro de 1971».

«Após oito meses (Janeiro a Agosto) dum intensa campanha de informação, debates e discussão, tanto nos organismos de base do Partido como nas reuniões públicas, as eleições realizaram-se nos fins de Agosto até 14 de Outubro, em todas as regiões libertadas».

«Em 6 de Novembro, durante uma conferência de imprensa em Alger, os resultados parciais e preliminares das eleições foram tornados públicos. Abaixo apresentamos os resultados definitivos:

A — No interior do país:

1. Boletins distribuídos, correspondendo ao número de inscritos:

Sim	83 000
Não	83 000
2. Votantes	77 515 93,39%
Sim	75 163 96,96%
	(90,55% dos inscritos)
Não	2 352 3,03%
	(2,82% dos inscritos)

ENCONTRO NACIONAL DE RESP

• Discutido o plano de trabalho e definidas as t

Conforme noticiamos oportunamente, realizou-se em Bissau, de 8 a 18 de Novembro, na sede da União Nacional dos Trabalhadores da Guiné-Bissau, uma reunião a nível nacional com os presidentes dos Comités de Estado das Regiões e dos Sectores do país. Nela participaram também os responsáveis administrativos e os secretários regionais para a organização do Partido. A sessão de abertura foi presidida pelo Comissário Principal, camarada Francisco Mendes, estando presente o camarada Rui Barreto, Comissário de Estado da Administração Interna, Função Pública e Trabalho que abriu a sessão e falou dos objectivos da reunião. Esta, a terceira com os presidentes dos Comités das regiões e a primeira com os presidentes dos Comités de Estado do Sector, tinha sido combinada porque se impunha discutir com os responsáveis regionais, em especial com os presidentes do sector, determinadas normas que não eram bem entendidas, o que conduzia a que a execução do trabalho fosse efectuada. No final falou o camarada Francisco Mendes que se referiu à importância da reunião e ao papel dos responsáveis das regiões e dos sectores, como representantes do Governo.

«Por outro lado, havia determinadas coisas novas que nós precisávamos de combinar porque há uma coisa que eu tenho ido sempre em todos os contactos que se me proporcionam com os responsáveis regionais: é que não há absolutamente nada aqui, dentro da nossa terra a que nós devemos estar alheios. Problemas da saúde, da educação, da justiça, da construção civil e problemas económicos. Todos eles são problemas que afectam a vida do nosso povo. E, como afectam a vida do nosso povo, a Administração Interna como Administração Interna que é, não pode desligar-se disso». Informou o camarada Rui Barreto numa entrevista concedida ao Nô Pintcha, onde fez um balanço da reunião, dos assuntos debatidos e as medidas tomadas com vista a uma melhor organização dos trabalhos.

O camarada Presidente em véspera da sua partida para a RDA, assistiu a uma sessão de trabalho e pôde conversar com os participantes. Participaram também a exemplo do que aconteceu nas reuniões, Comissários de Estado e responsáveis a nível central. Durante três dias, o camarada José Araújo, secretário para a organização do Partido, reuniu-se com os secretários regionais para a organização do Partido, com quem discutiu problemas do Partido, analisou e

deu indicações relacionadas com a sua organização. Vários outros camaradas estiveram na reunião, em representação dos comissariados, a debater problemas relacionados com os interesses das nossas populações.

«Infelizmente, informou Rui Barreto, não pudemos levar lá todos os que se tornava necessário. Mas, ainda assim, a exemplo do que fizemos nas reuniões anteriores, camaradas Comissários de Estado estiveram lá assim como outros camaradas, responsáveis a nível central». Entre eles, representantes da Energia, Indústria e Hidráulica, do Banco Nacional da Saúde e Assuntos Sociais e da Agricultura». Estava ainda prevista a presença de outros responsáveis a nível de comissariados mas razões de trabalho e de ausência do país, não permitiram a sua comparecência à reunião, esperando-se poder discutir com eles os assuntos numa outra oportunidade.

DISCUSSÕES

Após as discussões feitas assentou-se em vários pontos e tomaram-se decisões que, por escrito, vão ser distribuídas a todos os presidentes de comités de Estado e a todos os responsáveis administrativos, para evitar falhas de memória e servir de fonte de consulta. O comissário explica: É que verifiquei que nesta reunião



Na gravura, Rui Barreto acompanhado de Juvêncio Gomes, presidente do Comité de Estado do Sector Autónomo de Bissau

volvamos a debater coisas que já tinham sido tratadas noutras reuniões. Isso poderá fazer talvez pensar que se perdeu tempo com as reuniões anteriores. Não creio que tivesse havido nunca perda de tempo, mas que nós talvez tivéssemos podido esclarecer melhor aquelas situações que se punham, os entraves surgidos. Assim, quando alguém se esquecer, pode ir ter e então não terá mais dúvidas.

Um dos pontos discutidos relaciona-se com problemas do pessoal. Debateu-se o problema do recrutamento do pessoal, o maior cuidado no seu recrutamento e medidas a tomar para melhorar e dar ensinamentos ao pessoal novo, sem experiência que há-de servir nos quadros. O outro ponto relaciona-se com a deslocação do pessoal. Segundo o comissário Rui Barreto verificam-se uma certa «ligeireza» na deslocação das pessoas que se esquecem de que, se estão colocados numa área, é porque há trabalho para fazer lá, pois se não houvesse trabalho não estavam lá colocados. Contudo, continuou, creio que ficamos já suficientemente elucidados sobre isso e cada um sabe o que deve fazer e que não vai haver mais problemas.

Dentro de pouco tempo e com base nas indicações que foram dadas vai ser realizada em Bissau, um curso de aperfeiçoamento do pessoal que está a prestar serviço em várias regiões do país. Um outro ponto também discutido foi o problema de despesas e de receitas.

Que as despesas estão programadas no orçamento e que sem cobrança das receitas não se pode fazer despesas. Falou-se muito na obrigação de todo o cidadão de cumprir com as imposições do Estado. Isso a propósito de pagamento de imposto de reconstrução nacional.

— É que o imposto de reconstrução nacional não se chama assim à toa. Ele é mesmo de reconstrução nacional. Tanto assim é que todo o dinheiro do imposto é aplicado em coisas de interesse das populações. É fácil verificar isso. Metade de imposto que é cobrado numa área fica lá para ser usado em obras de interesse local, 40 por cento do imposto cobrado é redistribuído pelos diversos comités de Estado do país. E que há zonas que cobram bastante imposto. Portanto, os 50 por cento vai lhes permitir, de facto, já meios razoáveis.

Mas, continuou, há outras zonas que têm pouca população, ou têm população que não está ainda a pagar imposto. É o caso da isenção de imposto para a população das zonas libertadas, durante três anos. Essas zonas ficam com sérias dificuldades para cumprir o seu programa de trabalho. Então, nessa redistribuição do imposto, podemos dar mais a essas regiões». Por exemplo: embora Bolama, Bula e Tombali não tivessem sido as zonas que cobraram mais impostos, muito longe disso até, tanto pela pequenez da sua população como pela isenção,

são as regiões que receberam a maior percentagem nessa distribuição dos 40 por cento.

As importâncias cobradas nessas regiões são fracas. Os trabalhos que há a fazer nessas regiões são muitos e se elas fossem a fazer os trabalhos só com o seu próprio recurso teriam dificuldades «E nós pretendemos, de facto, dar-lhes meios para fazerem algum trabalho. Disse o Comissário Rui Barreto que acrescentou: Muita coisa está programada para fazer na região de Bolama. Todos os camaradas sabem o que é que está sendo feito nos Bijagós: obras de fomento daquelas ilhas que durante o período colonial podemos dizer que estiveram votadas ao esquecimento. Quem conhece os Bijagós sabe o que é que lá podia encontrar: praias lindíssimas, mar muito bonito. Mas trabalho, não encontrava nada feito. Nestes dois anos, quem quiser dar-se ao trabalho de ir verificar, pode constatar já a grande diferença entre o que lá havia e o que agora temos.

«Mas isso tudo custa dinheiro. Por isso há necessidade de dar meios às regiões. Daí que se tivesse feito um esforço no sentido de dar maior percentagem a essas regiões. Vamos a ver se através disso nós poderemos inclusivamente melhorar o aspecto da cidade de Bolama. Ela vai passar a ter menos buracos nas ruas, se nós dermos meios ao comité para os arranjar, assim como os edifícios que estão a cair de velhos. Portanto,

utilizamos o imposto de reconstrução nacional para obras de reconstrução nacional».

DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O fundo de segurança social, para o qual revolvemos os restantes 10 por cento do imposto de reconstrução nacional e para os trabalhadores. É uma garantia para o futuro dos trabalhadores. Todo o dinheiro reverte para o interesse das populações. «Não é como dantes, que o imposto era utilizado no orçamento da cidade da «Provincia da Guiné Portuguesa» e como utilizado as populações sabiam. Agora não. As populações podem verificar que o dinheiro que pagam utilizado na região, obras de interesse da região. E há o Conselho Regional que vai dizer o que se deve fazer na região, como é que se aplica o dinheiro que cobra lá e outros recursos».

«Será uma maneira podermos de facto chegar para a descentralização administrativa que deseja, para a autonomia da região, uma autonomia cada vez mais acentuada. As próprias populações não de administrar as regiões. Portanto, no título das receitas, nós vamos do imposto, na distribuição de um cidadão para o imposto. Não é o imposto colonial. Há uma diferença enorme que eu queria todos entendessem. É o imposto de reconstrução nacional. Falamos de outras medidas no que se trata a despesas, um controle das despesas observação das regras, mais na despesa. Por exemplo, não gastar tudo em três meses, porque o ano tem seis meses, para não chegar



NSA VEIS REGIONAIS

efas prioritarias para os tres proximos anos

mos depois dos outros meses e não termos dinheiro para utilizar. Há necessidade de dividir os recursos para todo o ano. Isso é uma regra dos duodécimos. É uma regra que deve ser seguida e respeitada. Estou convencido de que também nesse aspecto os camaradas voltaram com uma noção mais correcta das suas obrigações no que toca a gastar e a cobrar».

CONSERVAÇÃO DOS BENS DO ESTADO

A reunião abordou igualmente um outro aspecto muito ligado ao acima focado. É o da conservação dos bens do Estado. A esse respeito Rui Barreto criticou a atitude de certas pessoas quanto à interpretação errada do significado da palavra Estado.

— «É necessário que os camaradas e todos nós vejamos perfeitamente e compreendamos claramente o que é que significa Estado. O bem é do Estado e portanto não é nosso? Vamos pensar que o bem não é nosso? Não. longe disso. Antes pelo contrário, o bem é do Estado, é também nosso. É muito nosso. E, exactamente por ser nosso, devemos dedicar-nos, com todas as nossas forças, à sua defesa, à sua conservação. Infelizmente, não se tem verificado isso. Gasta-se dinheiro a mandar buscar lá fora coisas que não temos cá. Portanto, saiem divisas. Vêm máquinas que dois dias depois estão estragadas. E estão estragadas exactamente porque as pessoas não tiveram cuidado. A máquina leva óleo e ninguém põe óleo. Ela carece de limpeza e ninguém limpa».

«Um gerador eléctrico é capaz de ficar à chuva como eu tive a oportunidade de ver. No chão e sem qualquer protecção por cima.

Encontrei isso lá fora. Eu vi um camião que teve um furo numa roda. Ele ficou à beira da estrada. Ninguém foi lá tratar de reparar a roda, tapar apenas o furo, no tempo seco. Fez-se uma queimada dias depois, e o fogo queimou o camião. Isso há um ano. E o camião ainda está lá. Podia dar mais exemplos de desinteresse. Não por mal talvez porque as pessoas não adquiriram ainda a conveniente noção da sua responsabilidade.

Quando nós mandamos buscar uma coisa recebemos isso e não ligamos, não nos preocupamos com a sua conservação e se ela se estraga, temos que mandar buscar mais. Mas para mandar buscar mais temos que tirar mais pesos. Mas o peso não compra nada lá fora. Para comprar lá fora temos que ter divisas. Mas quais são os nossos recursos em divisas, se nós não exportamos praticamente nada? Nós, para termos divisas, temos que mandar coisas lá para fora. Mas o que é que nós mandamos? Pergunta o camarada Comissário. Diz que isso já foi debatido e explicado com os camaradas do Banco e lembra as palavras de um camarada que numa outra ocasião havia afirmado que era necessário que os barcos que vem à nossa terra carregados com coisas que precisamos saísem de cá depois também cheios com coisas que nós temos.

— Só nessas condições é que podemos de facto ter divisas. Senão ficamos com uma situação na nossa balança de pagamentos cada vez pior. Nós temos que ter a noção de que aquilo que se compra e que se traz para cá é um sacrifício que se faz.

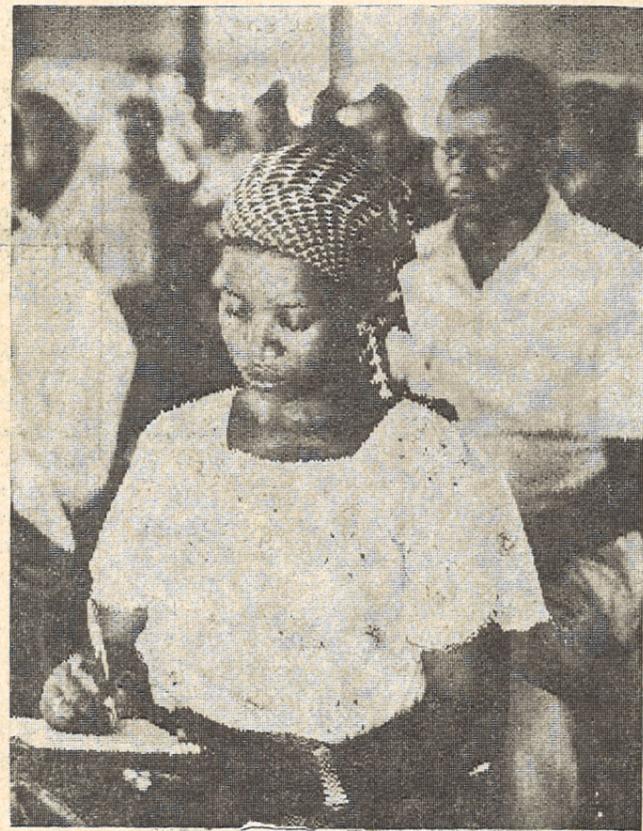
E nós temos que saber defender isso, porque é

para todos nós: é para servir a nossa terra. Se não fosse para isso não se mandava buscar.

AUMENTAR A PRODUÇÃO

A propósito da nossa dificuldade de arranjar divisas, a reunião debateu muito e pediu maior interesse no problema da produção: «Nós tivemos uma produção o ano passado que não é aquela que a nossa terra pode dar. Podemos produzir muito mais. Devíamos ter este ano uma produção superior àquela que tivemos o ano passado. Não é assim que se pode melhorar a nossa economia. Nós temos que, de ano para ano, aumentar a nossa produção. Falamos numa produção inferior à do ano anterior porque houve falha na conservação da semente, houve deficiência na qualidade da semente distribuída. Em muitos lugares a produção não vai corresponder ao trabalho que se fez porque a semente lançada à terra não era de boa qualidade».

«A produção deve ser aumentada, portanto, de ano para ano. Com os camaradas conversamos bastante sobre a nossa participação nesse trabalho. Nós não podemos pensar que a produção da mancarra é só com a Agricultura. Eu mantenho a minha ideia em como nós não podemos estar alheios a qualquer actividade. Portanto, se a semente não está em boas condições, nós temos que providenciar. Nós não devemos permitir que seja recolhida a semente de fraca qualidade. Não devemos permitir que as populações venham trazer sementes de arroz misturados». Acontece que em muitos casos trazem o número do arroz que têm que ir devolver, mas trazem toda a qualidade do arroz numa embalagem. Essa mistura de semente é contrária ao que se pretende. O arroz deve ser de uma só qualidade. «Não devemos desinteressar-nos do facto da semente estar a ser recolhida num celeiro em más condições. Nós não devemos desinteressar-nos do facto das nossas populações avançarem ou não em relação ao cultivo dos seus campos. Temos que olhar para que as populações cultivem a maior quantidade possível, tratem o maior espaço do terreno possível. Temos que zelar para que as sementes sejam recolhidas a tempo e convenientemente defendidas».



No primeiro plano a camarada Francisca Pereira, presidente do Comité de Estado da Região de Bolama-Bijagós, durante a sessão de trabalho

O departamento técnico nesse aspecto é o Comissariado de Agricultura. Mas se não há produção são as nossas populações que sofrem. Temos portanto que estar ligados a isso. Parece, portanto, que também os camaradas foram com a ideia de que temos que estar dentro de mais outros problemas, dentro de tudo o que se vai fazer e que o que sucedeu no ano passado, podemos esperar que isso não venha a suceder este ano.

«Tanto mais que ficou combinado toda uma volta pelas regiões onde se encontram celeiros para ver o estado deles e se promover à sua reparação urgente, porque há meios para isso».

Ligado à produção da mancarra, do arroz do coconote e de óleo de palma, falou-se também na produção. Esteve na reunião, no último dia, o director da fábrica Titina de Bolama. A fábrica vai consumir, no seu período normal de funcionamento, grande quantidade de fruta por dia, no total de oito toneladas por dia. Para já não vai precisar dessa quantidade toda. Mas mesmo assim, é uma quantidade avultada para as nossas possibilidades. Então, afirmou o Comissário, «torna-se absolutamente necessário que nós aumentemos grandemente a nossa produção de fruta. É necessário portanto que junto de cada aglomerado populacional se façam campos de fruta. É necessário que junto das escolas se fa-

çam campos de fruta».

«Se nós pensarmos que cada menino da nossa escola pode plantar uma árvore de fruta, vamos imediatamente multiplicar, de uma maneira geral, a nossa produção. Mas se nós pensarmos que cada menino da nossa escola pode plantar uma árvore de cada qualidade, isso vai ser muito melhor. E não é difícil de fazer. Devemos estar em cima também desse problema. Porque se nós não fizermos isso, a fábrica, que pode dar emprego a mais umas pessoas e que pode ser uma fonte de divisas através da exportação das nossas frutas em conservas, compotas e sumos, etc, que pode ser um meio das nossas populações melhorarem o seu rendimento, essa fábrica poderá vir a ser apenas mais uma fonte de problemas».

«Porque se ela não tiver meios, nem frutas não vai funcionar. Então teremos empadado dinheiro inutilmente. Temos que estar sobre este problema. É um problema da economia da nossa terra. Temos que tratar dele como deve ser. Pedir-se o interesse de todos para mais esta questão, que é mais uma empresa a que metemos ombros. Devemos avançar com isso. Há um outro problema que está ligado à produção. É o problema dos meios de comunicação. Nós podemos produzir frutas, podemos avançar a nossa produção de mancarra, arroz, etc, mas temos

que garantir a drenagem destes produtos para os locais onde vão ser utilizados, onde vão ser embarcados».

«Nós não poderemos por exemplo mandar frutas para a fábrica Titina Silá se não tivermos estradas para os camiões levá-las. Mas nós sabemos que o nosso departamento de Obras Públicas lida com problemas semelhantes, por falta de material, para arranjar todas as nossas estradas. Temos que ajudar as Obras Públicas. As nossas populações têm que se convencer de que qualquer buraco que apareça na estrada não tem que vir uma brigada das Obras Públicas para o tapar. Temos que os auxiliar. A estrada é mais um bem nosso que deve também ser defendido. Por isso é que também falamos da questão de abertura e da conservação de estradas.

«Quando digo abertura de estradas penso em muitas estradas que poderiam ser abertas e que facilitariam a ligação. É o caso, por exemplo, que se verifica em Fulacunda. Nós sabemos que Fulacunda é um ponto interior, bastante isolado, mas é interessante que com uma estrada apenas de doze quilómetros nós ligamos Fulacunda a Garsene. Apenas com doze quilómetros. E, estando em Garsene, estamos em frente a Portogole. Nós aproximamos rapidamente Fulacunda de Bissau».

«Esse exemplo da estrada Fulacunda-Garsene é outra coisa que se verifica em vários outros pontos e precisamos de decidir onde é que se torna necessário abrir novas estradas de maneira a facilitar a deslocação».

Estamos muito esperançados no plano do Comissariado dos Correios e Telecomunicações, no plano de melhoria das comunicações rádio e telefónicas que esse Comissariado tem. Estamos certos de que logo que esse plano possa ser concretizado, a nossa dificuldade de contactos, quer da sede da região para a sede do sector, que cá de Bissau para qualquer outro lado, desaparecerá e poderemos então manter um contacto tão frequente quanto necessário».

«É certo que hoje, muitas vezes, precisamos de falar e o circuito está avariado, pelo que tem que ir lá alguém. O tempo que se gasta nessa viagem com as estradas no estado em que estão! Tempo, dinheiro, tudo isso. Mas estamos esperançados de que esta dificuldade é uma daquelas que em breve nós vamos vencer».



reunião com os responsáveis regionais

Eleições para Concelhos Regionais

(Continuação da 1.ª página) nais, antes da partida des-

sidente da Comissão, Constantino Teixeira, membro do Comité Executivo de Luta e Comissário da Segurança Nacional e Ordem Pública.

A Comissão Eleitoral Nacional reúne-se esta manhã, às 9 h, para apreciar os relatórios apresentados ontem pelos delegados e enquadrá-los de acordo com as disposições legais do processo eleitoral. Tinha ficado também prevista para as 17 h de hoje, a última reunião entre a Comissão e os delegados regio-

ais, antes da partida des-
tes, amanhã, para as res-
pectivas regiões, onde de-
verão permanecer algum
tempo, para activar melhor
a dinamização junto às po-
pulações.
Entretanto, na mesma
ordem de ideias, os delega-
dos da Comissão Eleitoral
para a região de Bolama,
camaradas Domingos Brito,
do Conselho Superior de
Luta e secretário-geral da
Educação e Cultura, Alci-
bíades dos Santos Tolentino,
director-geral da Informa-
ção e Turismo e Ana Maria
Cabral, responsável do De-
partamento de Assuntos

Sociais do Commissariado da
Saúde, fizeram os seus tra-
balhos em Bolama.

Reuniram-se com a Pre-
sidente do Comité de Re-
gião, camarada Francisca
Pereira, e com todos os res-
ponsáveis regionais e mem-
bros dos comités de base.
Francisca Pereira abriu a
sessão dando uma explica-
ção clara sobre o acto elei-
toral e o papel do Conse-
lho Regional a ser eleito.
Em seguida, fez algumas
declarações sobre a escolha
dos candidatos, o que não
poderá ser feito na base de
qualquer amizade pessoal,
mas sim, mediante o reco-

nhcimento das suas quali-
dades de verdadeiro mili-
tante e defensor dos inte-
resses do povo, quer na As-
sembleia Nacional Popular
quer no Conselho Regional.

«Aqueles que levaram a
luta de libertação para a
frente, disse ela, e estão a
fazer hoje a luta de Recon-
strução Nacional, possuem
já um atestado de defenso-
res do povo. Mas não quer
dizer que só os que lutaram
é que defendem ou sabem
defender melhor os interes-
ses do povo. Portanto, a es-
colha dos candidatos vai
ser feita livremente pelo
povo».

Kinshasa:

Victor Saude Maria representa o País na reunião dos ministros da OUA

O nosso país é representado na Décima Primeira Conferência extraordinária Ministerial dos países membros da OUA, pelo camarada Victor Saude Maria, membro do Comité Executivo de Luta e Comissário de Estado dos Negócios Estrangeiros. O encontro decorre de 6 a 10 de Dezembro em Kinshasa, capital do Zaïre, e terá como tema principal, o problema económico. Victor Saude Maria é acompanhado pelo primeiro secretário do Commissariado, Lássana Turé.

Segundo o Comissário dos Negócios Estrangeiros, é nessa reunião que serão analisados os resultados da 4.ª Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento — CNUCED, realizada recentemente em Nairobi. «Como sabemos, os resultados dessa conferência não trouxeram assim, grandes sucessos para o Continente Africano, porque os países industrializados não quiseram aceitar a verdade e fazer concessões, pelo menos praticando uma

certa justiça nos preços da matéria-prima que é exportado da África para os seus países»

«Depois de transformadas, os produtos voltam de novo para o Continente para serem vendidos a preços caros. Se o fizessem, ao menos contribuiriam para a criação de um certo equilíbrio na situação actual que o mundo atravessa. Em todo o caso, já se conseguiu alguns sucessos mediante as actividades levadas a cabo por algu-

mas organizações sub-regio-
nais nesse sentido. É o caso
da reunião de Lomé —
CEDEAO — que represen-
ta uma via para atingirmos
os nossos objectivos e de-
fender os nossos interesses
junto de outros países».

Por outro lado, o delega-
do guineense acrescentou
que serão analisados alguns
factos de outras conferên-
cias efectuadas anterior-
mente neste domínio, parti-
cularmente as discussões so-
bre a situação em África.
A reunião feita há pouco
tempo em Dakar, sobre as
matérias primas, é um des-
ses factos.

«Os países africanos con-
sideram que é essencial reu-
nirmos para discutir profun-
damente as vias que deve-
mos seguir com vista a uma
cooperação frutuosa entre

nós e fazermos face à crise
económica internacional as-
sinalada. É sabido que a su-
bida de preço de petróleo
tem criado uma série de re-
percussões nos países do
Terceiro Mundo e, em par-
ticular, em África».

O camarada Victor infor-
mou que os delegados não
deixarão de focar a situa-
ção em que se encontram al-
guns países ainda sob domi-
nação estrangeira como o
Zimbabwe, África do Sul e
Namíbia. «Sabemos que há
negociações agora em Gene-
bra, sobre a questão do
Zimbabwe. Nós apoiamos a
posição que os movimentos
de libertação vão tomar nas
negociações. A nossa posi-
ção, a do PAIGC, continua
a ser a de apoiar os povos
em luta pela independência
total dos seus países».

ANUNCIOS

Aviso

A direcção geral de Energia, por motivo de avaria num dos grupos fornecedor de energia eléctrica à cidade de Bissau e dentro de um espírito de poupança de energia eléctrica, solicita a todos os consumidores que possuem grupos geradores de emergência que o ponham a funcionar desligando-se portanto da rede no período das 18h às 22h.

Este pedido continua válido até à normalização da situação. Agradecemos ainda o comércio em geral que em virtude desta mesma avaria se abstenha de utilizar a iluminação das montras bem como dos reclames luminosos.

Agradecimento

A família de António Augusto Esteves agradece reconhecidamente a todos quanto se interessaram durante a doença e que por qualquer meio manifestaram o seu pesar.

Venda de algodão

Mostrando-se conveniente dar início às operações de comercialização do algodão em todo o país e sob proposta do Commissariado de Estado do Comércio e Artesanato foi emanado do Conselho de Estado o seguinte:

Artigo único — São fixados os seguintes preços a praticar na comercialização interna do algodão; a partir do dia 1 de Dezembro deste ano. O preço de compra ao produtor, em todo o país é: algodão de primeira qualidade a sete pesos o quilo e o da segunda qualidade a três pesos e meio o quilo.

Aviso

O Centro de Cooperação Pedagógica tem o prazer de informar que a sua biblioteca está aberta ao públi-

co desde segunda-feira, dia 29 de Novembro.

Comunicado

A Empresa Nacional de Transportes Automóveis S. L. Diata comunica a todas as firmas em geral que tem o cofre aberto para pagamento de todo o seu débito, devendo os interessados apresentarem na secretaria da mesma empresa até ao próximo dia 31 de Dezembro, todas as facturas para pagamento. Finda esta data a empresa não assume nenhuma responsabilidade de pagamento.

Comunicado

A delegacia de Educação e Cultura da região de Oio, em Farim, pede aos delegados de Educação de todos os sectores, que enviem com a máxima urgência, a esta delegacia, a lista nominal dos professores colocados no sector a que pertencem, de-

vendo constar na mesma as datas relativas ao início e à apresentação dos mesmos.

Centro de vacinações

Os serviços de higiene e combate às grandes endemias informam a população dos bairros de Belém e Sintra, que desde o dia 6 do corrente mês de Dezembro está a funcionar nos postos sanitários dos respectivos bairros um centro para vacinações às crianças. Mais se informam que todas as crianças que tinham sido vacinadas no centro de vacinações destes serviços e que ainda não concluíram as suas vacinas, deverão as mães levá-las ao novo centro de vacinações nas datas indicadas nas cadernetas fornecidas.

As crianças que nunca foram vacinadas devem também as mães apresentá-las nos referidos centros para efeitos de vacinação.

NO PINTCHA

Trisemanário do Commissariado de Informação e Turismo — Sai às terças, quintas e sábados.
Serviço Informação das Agências: AFP, APS, TASS, ANOP e Prensa Latina.
Redacção, Administração e Oficinas, Avenida do Brasil.
Telefones: — Redacção 3713/3728. — Administração e Publicidade — 3726.
Assinatura — (Via Aérea) Guiné-Bissau e Cabo Verde
Um ano 400,00
Seis meses 250,00
Outros Países Africanos e Portugal:
Um ano 500,00
Seis meses 350,00
Serviços de Distribuição e Venda do «Nô PINTCHA» — Caixa Postal, 154.

BISSAU — GUINE-BISSAU

FARMACIAS

HOJE — Higiene — Rua António N'Bana, telefone 2520.

AMANHÃ — Moderna — Rua 12 de Setembro, telefone, 2702.

TELEFONES

Hospital «Simão Mendes» — 2888/2867.

Bombeiros — 2222.

POLICIA; 1.ª Esquadra 3333 — 2.ª Esquadra — 3444
CORREIOS; — Informação 2600 — Radiodifusão Nacional 2430 — Aeroporto/4 — TAP 3991/3 — TAGB 3004 — Aeroflot 2707 — Air Argelie 3775/7.

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS;

Águas e Electricidade 2411 — (das 7h às 17h)
Assistência à rede eléctrica 2414 — (das 16h às 24h)
Chegadas e partidas de navios — 2922/5

RADIO

TERÇA-FEIRA — Primeiro período de emissão:

5h 55min — Abertura da Estação; 6h — Canções da nossa terra; 6h, 10min. — Programa em Manjaca; 7h. — Noticiário/Português/Crioulo; — Actualidades Sonoras (repetição); 8h. — Encerramento.

Segundo período de emissão:

11h, 55min. — Abertura; 12h. — Canções Fula; 12h, 20min. — Selecção Musical; 13h — Música Crioula; 13h 15min — Noticiário/Português e Crioulo; 13h 30min — Amílcar Cabral — O Homem e a sua Obra/Crioulo; 13h 45 min. — Programa da JAAC; 15h — Encerramento.

Terceiro período de emissão:

16h 55min — Abertura; 17h — Noticiário/Português, Crioulo e Línguas; 18h 45min — Agenda do Dia; 19h — Duz Curpo um Corson; 20h — Noticiário/Português e Crioulo; 20h 30min — Prevenção Rodoviária/Português; 21h — Actualidades Sonoras; 22h — Na Mundu di Desporto; 23h — Tempos Novos; 24h — Encerramento.

QUARTA-FEIRA — Primeiro período de emissão

5h 55min — Abertura; 6h — Canções da nossa terra; 6h 10min — Programa em biáfada; 7h — Noticiário/Português e Crioulo; — Actualidades Sonoras (repetição); 8h — Encerramento.

Segundo período de emissão:

11h, 55min. — Abertura; — 12h. — Canções em Papel; 12h 20min — Selecção Musical; 13h — Música Crioula; 13h 15min — Noticiário/Português e Crioulo; 13h 30min — Amílcar Cabral — O Homem e a sua obra (Português); 13h 45 min — Ano um de organização; 15h — Encerramento.

Terceiro período de emissão:

16h 55min — Abertura; 17h — Noticiário/Português Crioulo/Línguas; 18h 45min — Agenda do Dia; 19h — Anós i nô scádi; 20h — Noticiário/Português e Crioulo; 20h 30min — Eleve-mos o nível dos nossos conhecimentos; 21h — Actualidades Sonoras; 22h — Fala di África; 23h — Tempos Novos; 24h — Encerramento.

CINEMA

HOJE — Às 18h 30min «A mulher feiúra», realização de Elliot Silverstein com Jane Fonda, Lee Marvin, Nat King Cole, Michael Callan, Dwayne Hickman e Stubby Kaye — m/10 anos, às 20h 45min «Croc Blanc — o cão lobo —», realização de Jack London com Franco Nero, Virgina Lisi e Fernando Rey — m/18 anos.

AMANHÃ — Às 20h 45min «Croc Blanc — o cão lobo —» — m/18 anos.

ONU

Plano arabe sobre o Médio Oriente

NAÇÕES UNIDAS — Nova York (AFP) — Um plano detalhado e elaborado pelo Egipto, Síria, Jordânia e a OLP, para fazer convocar a conferência de Genebra sobre o Médio Oriente nos primeiros meses de 1977, com a participação da OLP, foi descrito nos dois projectos de resoluções que foram apresentados oficialmente, na sexta-feira, na Assembleia Geral.

O plano, que enuncia as iniciativas sucessivas a serem efectuadas pela ONU, pede ao Secretário-Geral para retomar os contactos que tinha inaugurado a 1 de Abril com todas as partes no concílio (incluindo a OLP, que não figura, todavia, especialmente no texto), com vista a uma convocação rápida da conferência, e de apresentar ao Conselho de Segurança um relatório sobre as suas tentativas, a 1 de Março, o mais tardar.

O Conselho de Segurança, segundo esse Plano reuniria-se imediatamente para examinar a situação na região, e para promover o processo, visando o estabelecimento «de uma paz justa e durável». A resolução pede à Assembleia para se pronunciar a favor da re-

tomada rápida da conferência de Genebra.

Um outro projecto de resolução, mais geral, afirma que o recomeço da conferência sobre o Médio Oriente com a participação de todas as partes, compreendendo a OLP, é indispensável à obtenção de uma resolução justa e durável na região.

A resolução põe como «condições fundamentais requisitadas para que todos os países e povos da região possa viver em paz», a retirada de Israel de todos os territórios árabes ocupados, desde Junho de 1967, e a realização dos direitos inalienáveis do povo palestino.

A resolução comporta condenações a Israel pela «ocupação contínua dos territórios árabes» e pelas medidas tendentes a modificar o carácter demográfico, geográfico e a estrutura institucional desses territórios. Pede a todos os estados para se absterem de fornecer qualquer assistência militar ou outra a Israel, o que lhe permitiria consolidar a sua ocupação ou a exploração dos recursos naturais dos territórios ocupados.

Pede, por fim, ao Conse-

lho de Segurança para tomar medidas eficazes segundo um calendário apropriado para a realização de todas as resoluções da ONU sobre o Médio Oriente e Palestina.

Os países comunicaram o seu texto aos outros países não-alinhados, membros da ONU e descontam da sua parte um largo copadriñamento.

O delegado egípcio exprimiu a opinião de que a resolução respeitante ao procedimento a seguir (o primeiro texto) deveria suscitar uma aprovação unânime. Os observadores notam que a OLP não foi mencionada explicitamente nessa resolução, embora a OLP esteja entre as «partes no conflito» as quais se tinha dirigido ao Secretário-Geral quanto ele tinha tomado a iniciativa, no mês de Abril, de sondar os pontos de vista de todas as partes, em relação a um recomeço possível da conferência de Genebra.

Esta redacção, no espírito dos autores da resolução, deveria permitir aos Estados Unidos de votar a favor desse texto, mesmo que não possam associar-se à outra resolução.

Madagascar

Desenvolvimento económico

ANTANANARIVO (TAS)

— Desde que o governo desse país, situado no Oceano Índico, proclamou uma política socialista, a República Democrática de Madagascar fez progressos sensíveis no saneamento da sua economia nacional. Testemunha-o um relatório publicado pelo Ministério das Finanças e da Planificação, dando números económicos dos 18 meses.

O Estado controla, presentemente, 61 por cento da economia, enquanto até Junho de 1975, 85 por cento dessa economia dependia ainda dos capitais estrangeiros. Em 18 meses, o Estado nacionalizou todos os bancos, companhias de seguro, empresas encarregadas da produção e da distribuição da corrente eléctrica e de água, várias grandes sociedades industriais e comerciais estrangeiras. A operação «batalha para o arroz», lançada com o objectivo de satisfazer finalmente todo o consumo nacional e a exportação do arroz, que é aqui um produto de alimentação essencial, deu já os primeiros frutos.

As medidas enérgicas tomadas com vista a reestruturar o comércio externo e a substituir ao nível das necessidades do desenvolvi-

mento nacional, aumentaram consideravelmente o papel do Estado nesse sector tão importante da economia nacional. Madagascar não compra mais objectos de luxo, nem produtos alimentares ou bens de consumo que podem ser fabricados abundantemente no país. O comércio externo já não é mais orientado unicamente em direcção aos mercados ocidentais.

Pela primeira vez, este ano, o balanço do comércio externo do país independente é favorável. O saldo cifra-se em 1 500 000 000 bilião de francos malgaches (7 500 000 de dólares).

O desemprego que tinha sobrevivido ao passado colonial e neo-colonial baixou, embora o número dos sem emprego seja ainda muito forte, sobretudo entre a população das regiões urbanas: 250 mil pessoas.

Os observadores fazem notar que os êxitos do desenvolvimento económico de Madagascar foram obtidos numa luta difícil contra os meios imperialistas e a reacção interna, esforçando-se por comprometerem a economia nacional desse país, que se colocou na via de progresso social e económico.

Vitórias da Frente Polisario

ANGEL (AFP) — A Frente Polisario anunciou no seu comunicado publicado em Argel, novos ataques contra as tropas marroquinas e mauritanas, no Sahara Ocidental. «A 26 de Novembro, os nossos combatentes operando em pleno coração do território inimigo, atacaram o posto militar da localidade de Ouaddam, na Mauritânia. Os nossos combatentes puseram fora de combate vários soldados do exército mauritano, dos quais sete morreram, e destruíram três veículos das forças de agressão. A 30 de Novembro, os nossos combatentes puseram fora de combate 12 soldados e destruíram quatro veículos do exército de ocupação marroquina, durante uma emboscada estendida às tropas da FAR, a este de Jdiria». O comunicado da Polisario declara ainda que «a 1 de Dezembro, os nossos combatentes desencadearam um importante ataque contra o forte de Hâouza. Durante os combates, os nossos resistentes destruíram duas peças de artilharia das forças inimigas, onde morreram, pelo menos, nove soldados, e ficaram feridos 16».

Morreu marechal soviético

MOSCOVO (AFP) — O marechal da aviação soviética, Alexandre Novikov, comandante da Força Aérea soviética durante a segunda guerra, morreu com 77 anos, a seguir a uma «longa e penosa doença», anunciou no domingo o jornal do Exército Vermelho, «Krasnaya Zvezda». Após a guerra, o marechal da aviação tinha sido comandante das Forças Aéreas a longo curso, e adjunto do comandante em chefe da Força Aérea soviética.

China: novo ministro dos Negócios Estrangeiros

PEQUIM (AFP) — Huan Hua, de 63 anos, diplomata de carreira, antigo representante permanente chinês nas Nações Unidas, foi nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros, em substituição de Chiao Huan-Hua, demitido das suas funções pelo Comité Permanente da Assembleia Nacional Popular chinesa, anunciou na tarde de sexta-feira, a agência Nova China. Esta decisão foi tomada quando da terceira sessão do Comité Permanente da Assembleia, iniciada a 30 de Novembro e que terminou na quinta-feira à tarde, após ter procedido igualmente nomeação de Teng Ying-Chao, viúva de Chou-En-Lai, como novo vice-presidente da Assembleia.

EUA Cyrus substituí Kissinger

PARIS (AFP) — Por 1154 — (AFP) — O Presidente eleito Jimmy Carter nomeou Cyrus Vance para o cargo de secretário de Estado, para suceder, a 20 de Janeiro, Henry Kissinger, soube-se na sexta-feira de manhã de fonte segura junto do sucessor de Gerald Ford.

Libano

Novo contingente dos "capacetes verdes"

BEIRUTE (AFP) — Chegou a Beirute de avião, no sábado à tarde, um contingente de alguns 150 soldados sudaneses integrados na força árabe de dissuasão no Líbano. São esperados outros contingentes nos próximos dias, indica-se de boa fonte. Os sudaneses tinham já meio milhar de soldados no seio dos «capacetes verdes» árabes.

Estes soldados acrescenta-se, dirigiram-se, nos próximos dias, ao sul do Líbano. Considera-se, de facto devido às advertências israelitas contra qualquer aproximação da sua fronteira por forças sírias (que constituem o essencial dos «capacetes verdes», com mais de 25 mil homens), que os contingentes limites colocados ao sul po-

deriam ser formados de militares da Arábia Saudita, de sudaneses e militares dos Emiratos Árabes Unidos. Unidades deste último país, indica a mesma fonte, estão, actualmente, em vias de reagrupamento em Damasco.

A decisão do envio para o extremo-sul de forças árabes de dissuasão para aí restabelecer a segurança, não foi, parece, definitivamente fixada. Considera-se, de boas fontes em Beirute, que prosseguem os contactos diplomáticos à escala internacional, com vista a dar a Israel a certeza de que nem estas unidades, nem os comandos palestinos ameaçarão a segurança da sua fronteira.

Vietname

Granjas de Estado aumentam a produção

HANÓI (ADN) — As granjas do estado do Vietname quintuplicaram a sua produção no período de 1960 a 1975. Nesse mesmo período, a superfície cultivável triplicou, e o número dos tractores utilizados quadruplicou, escreve o correspondente da ADN.

As 16 primeiras granjas de estado foram fundadas no norte do país. Em 1960, 60 mil operários agrícolas, 27 engenheiros diplomados e 104 engenheiros trabalharam no norte em 59 granjas

do Estado, enquanto que o ano passado foram 100 mil operários agrícolas, 673 engenheiros diplomados e 3 700 engenheiros. A maior parte das granjas do Estado do Norte realizam bons benefícios. Desenvolvem-se actualmente grandes esforços a fim de diminuir o preço das receitas da criação de gado e de aumentar consideravelmente a eficácia económica.

No sul do país, lá também, foram fundadas entretanto as primeiras granjas do Es-

tado, que demonstram aos camponeses individuais sul-vietnamitas as vantagens da produção agrícola socialista. As plantações abandonadas pelos seus proprietários serão transformadas, passo a passo, em granjas de Estado. O Estado propõe criar granjas modelos em cada província e construir novas regiões económicas.

As granjas do estado entregam matérias-primas à indústria, sementes às cooperativas agrícolas e produtos para a exportação.

NASCEU UM NOVO IMPÉRIO

N'DJAMENA (AFP) — Nasceu um novo império, proclamado no sábado em Bangui, nos termos de uma nova constituição pelo Congresso Extraordinário do

Mesari renovado. A RCA chamar-se-á futuramente o Império Centro-Africano.

Com uma superfície de 622 984 quilómetros qua-

drados e 2800 000 milhões de habitantes, este império será o terceiro do mundo depois do Japão e do Irão, e o único em África desde a queda de Hailé Selassié.

José Pereira:

Libertação do processo de desenvolvimento das forças produtivas nacionais

Depois de longos anos de árdua luta levada a cabo pelo nosso povo, as massas trabalhadoras, sob a direcção do PAIGC, desempenharam um papel de particular importância, como força motora da nossa libertação nacional. Hoje, nesta nova fase de luta de reconstrução nacional, é a UNTG — União Nacional dos Trabalhadores da Guiné — como organização das massas, que cabe o papel de as enquadrar, consciencializar e orientar na linha de acção do nosso Partido, única força dirigente do nosso povo.

O camarada José Pereira, membro do Conselho Superior de Luta e secretário-geral da UNTG, fala do papel da organização, a sua integração no seio da classe trabalhadora e o problema de formação de quadros sindicalistas, com apoio de organizações sindicais amigas estrangeiras.

Por decisão da última reunião do Conselho Superior de Luta do Partido realizada em Bissau, o camarada José Pereira, foi nomeado para o cargo de secretário-geral da UNTG. O que pensa, por conseguinte, fazer para corresponder a esta tão elevada confiança?

«No quadro da nossa vitoriosa luta de libertação nacional, tive a ocasião de desempenhar cargos de responsabilidade em diferentes sectores da vida política do nosso Partido e do nosso Estado, como militante do PAIGC. Esses cargos foram missões que a Direcção do Partido teve a confiança de me dar, e que eu procurei cumprir com a consciência clara da sua importância no plano geral do desenvolvimento da luta».

«É da mesma maneira que, este novo cargo é uma missão do Partido, também de grande responsabilidade. Como militante, vou fazer o máximo de mim mesmo para a procurar cumprir. Vou aproveitar não só a experiência já vivida, mas também a experiência e o apoio militante de todos os camaradas e organizações irmãs ou amigas e o sentido de responsabilidade das massas trabalhadoras do nosso país».

O que pensa do papel a desempenhar pela UNTG, no seio das massas trabalhadoras neste momento difícil de luta, que é o de Reconstrução Nacional?

«O objectivo fundamental da libertação nacional é, como o definiu o militante n.º 1 do PAIGC e fundador da nossa nacionalidade, camarada Amílcar Cabral, é a libertação do processo de desenvolvimento das forças produtivas nacionais. Portanto, cabe às massas trabalhadoras um papel de particular importância para desempenhar como força motora da nossa libertação nacional, nesta luta difícil mas exaltante em que todos nós

estamos empenhados, sob a Direcção do PAIGC. E a UNTG, como organização das massas trabalhadoras, tem o papel de as enquadrar, consciencializar e orientar na linha de acção do PAIGC, única força dirigente do nosso povo».

«Para se compreender a complexidade das tarefas da UNTG nesta fase de Reconstrução Nacional, temos que ter em conta as situações que se criaram durante a fase de luta armada e que afectam profundamente o comportamento dos trabalhadores na actualidade. Para sermos breves, queremos chamar a atenção para as seguintes realidades:

— Por um lado, praticamente a totalidade dos combatentes da liberdade da pátria é constituída por trabalhadores, lavradores (na sua maioria) mecânicos, condutores, empregados comerciais, marinheiros e carpinteiros, etc. Portanto, a necessidade de se levar a cabo a luta armada fez com que milhares de trabalhadores abandonassem as suas actividades para darem a sua contribuição na luta, principalmente como combatentes (militares), provocando sérios desfalques nos seus sectores de serviço».

«Com a vitória da luta armada, pôs-se o problema de readaptação dos trabalhadores combatentes à vida normal e o problema da sua integração, como força produtiva, nesta nova fase. Se considerarmos, por exemplo, que durante os 11 anos de luta armada, o trabalhador combatente da liberdade da Pátria nunca teve necessidade de dinheiro. Podemos fazer uma ideia das dificuldades de sua readaptação à vida normal. Mas se a sua readaptação é difícil, a sua integração, como força produtiva nesta fase de luta, é de longe mais complexa devido, principalmente, aos problemas económicos que nos deixou o colonialismo português».

«— Por outro lado, os colonialistas portugueses ao mesmo tempo que intensificavam a sua guerra de repressão faziam concentrar em Bissau a maior parte da população então sob o seu controle, para procurar fazer face ao nosso povo organizado e dirigido pelo

PAIGC. São consequências: a falta quase absoluta de infraestruturas económicas provocou um desnível ainda maior entre a procura e a oferta de trabalho — desnível já acentuado antes do começo da luta armada — desenvolvendo-se assim muito rapidamente, sobretudo em Bissau, o sub-emprego, o falso emprego e o «lumpen»-proletariado.

«O sub-emprego e o falso emprego, com o aumento



Camarada José Pereira

vertiginoso da quantidade de mão-de-obra não especializada e de mão-de-obra muito mal especializada — tanto uma e outra com vencimentos ridículos e um futuro incerto — quase todos concentrados, em muitos milhares, nas «estivas», nas oficinas, nas obras, etc., da tropa colonial. O «lumpen-proletariado», constituído por vândios, prostitutas e outros, vivendo de pequenos expedientes — «surné» — da gatunagem e das gratificações da PIDE».

«Para evitar o descalabro em Bissau, o Governo colonial tinha que gastar muitas centenas de milhares de contos por ano para fazer com que o custo de vida fosse baixo — por exemplo, o arroz a cinco pesos o quilo. E, desses vândios e da mão-de-obra não especializada ou muito mal especializada, o Governo colonial tirava aqueles que lhes serviam como carne para canhão na sua suja guerra e que enquadravam nas chamadas «companhias de comandos africanos», fuzileiros africanos» e outras.

E como se enquadra este problema, logo após a tomada do poder pelo nosso Governo, no que respeita a manutenção dos trabalhadores nos seus postos ou a sua colocação noutros sectores, mesmo conhecendo a posição de fraqueza económica em que se encontra?

«Como não podia deixar de ser, houve uma verdadei-

ra explosão de desemprego, principalmente em Bissau, quando a tropa colonial se retirou da Guiné-Bissau levando a sua máquina de guerra. Para evitar um desemprego ainda maior, o nosso Estado teve que aguentar despesas enormes com salários de operários sem qualquer especialização, que foram empregados nas Obras Públicas, Energia, Armazéns do Povo, SAO, Agricultura, etc., cujo nú-

mero ultrapassam de longe as necessidades reais desses serviços, nessa altura. Operários que no fundo nada estão a produzir».

«Assim, de uma maneira geral, e na maioria dos casos, tanto os trabalhadores combatentes da liberdade da Pátria como os que estavam nas zonas ocupadas pelos colonialistas, em vez de desempenharem o seu papel de forças produtivas nacionais, estão a constituir um encargo demasiado pesado para a economia ainda débil do nosso jovem Estado».

«Cumprir, portanto, à UNTG, como organização de trabalhadores, enquadrá-los, fazê-los tomar consciência da situação e orientá-los para os tornar na força motora para o desenvolvimento do nosso país nesta fase de reconstrução nacional. Esta missão é bastante difícil, mas estamos confiantes que, sob a direcção do PAIGC e com a colaboração activa de todos, conseguiremos cumpri-la. E que com uma acção política consequente procuraremos orientar os trabalhadores não especializados que estão em Bissau para a única saída que, de momento, temos, o trabalho agrícola no interior».

Existem quadros suficientes para o seu departamento e, se ainda não, como e quando tenciona resolver a preparação de novos e futuros quadros?

«Evidentemente que o número de quadros sindicalistas que nós possuímos é de longe inferior às nossas necessidades. Isso porque, de um lado, os colonialistas não formaram quadros sindicalistas e, de outro lado, contamos actualmente na UNTG apenas com uma ínfima percentagem de quadros formados neste sector pelo Partido durante a fase de luta armada. A maior parte desses nossos quadros, como os camaradas Luiz Cabral, Victor Saúde Maria, Armando Ramos e outros, foram chamados às outras responsabilidades».

«No entanto, devemos sublinhar que a falta de quadros não afecta somente o nosso sector, mas todos os sectores do nosso Estado e, de uma maneira geral, todos os outros países do Terceiro Mundo — mesmo aqueles que já se libertaram da dominação colonial há muitos anos».

«Por isso é que no nosso país, como noutros países em vias de desenvolvimento, uma das preocupações maiores do Governo é a da formação de quadros. Preocupação essa condicionada pelas dificuldades económicas e falta de quadros docentes. Esses condicionamentos também afectam a UNTG, como não podia deixar de ser. Mas como é que nos propomos resolver este problema de particular importância, que é o da formação de quadros?»

«A nosso entender, a formação de quadros sindicalistas não nos traz grandes vantagens, por meio de estágios em países amigos onde as realidades económicas, sociais e culturais são completamente diferentes das nossas. Nós pensamos que teremos mais vantagens com a formação de quadros no país, onde os quadros docentes e principalmente os estagiários poderão estar em contacto directo com as nossas realidades e a evolução dos acontecimentos».

«Nesta base, estamos a estudar a forma de organizarmos esses cursos e estamos certos que poderemos contar com o apoio de organizações sindicais amigas, no quadro que se refere aos quadros docentes. Nesse estudo, não eliminamos as possibilidades de estágios de aperfeiçoamento de quadros formados no País, no exterior».

CABO (AFP) — 12 pessoas foram mortas durante os incidentes de ontem de manhã, em Nyanga, cidade africana da península do Cabo. 16 casas da cidade arderam e, segundo a polícia, o balanço das vítimas poderia ser bem mais elevado. Entretanto, tinham sido feridos pela polícia em Guguletu, no domingo, três jovens africanos. Este incidente, cujas circunstâncias não foram reveladas pela polícia, sobreveio a seguir a uma vasta operação da polícia que prendeu 300 pessoas em Guguletu e Nyanga, duas cidades africanas próximas do Cabo.

ARGEL (AFP) — A Argélia participará em todas as disciplinas do Festival Pan-Africano, que se realizará em Lagos, de 15 a 22 de Fevereiro de 1977. O Comité Preparatório foi criado no Ministério da Informação e da Cultura para elaborar o programa da participação argelina nos seguintes domínios: — Conjunto nacional de canções e danças populares; — Cinema; — Artes tradicionais e fotos; — Exposição cultural e literária. O Festival Pan-Africano de Lagos constitui um prolongamento dos esforços empreendidos no quadro da OUA, e iniciados com o primeiro Festival Pan-Africano de Argel para a Promoção da Cultura.

TÓQUIO (AFP) — Eis os resultados definitivos das eleições gerais japonesas. Entre parênteses, os resultados das eleições de Dezembro de 1972: Liberais-democratas (Partido governamental): 249 (271); Socialistas - 123 (118); Komeito-55 (29) Sociais-democratas-29 (19); Comunistas-17 (38); Independêntes-21 (14); Novo Clube Liberal (recentemente Criado)-17.

DAKAR (AFP) — O Haíta da Guiné-Conakry venceu a equipa de Mouloudja de Argélia por 3 bolas a zero, em jogo a contar para Taça de África dos Clubes Campeões. O encontro que se desenrolou em Conakry, foi transmitido em directo pela «Voz da Revolução».

MOSCOVO (AFP) — O coronel Mouamar El-Kadhafi, chefe de Estado líbio chegou ontem a Moscovo para uma primeira visita oficial à URSS. O Presidente do Conselho do Comando Revolucionário da República Árabe Líbia, foi recebido no aeroporto de Moscovo por Nikolai Podgorny, chefe de Estado soviético. Segundo a agência TASS, que anunciou a sua chegada, ele foi convidado pelo Comité Central do PCUS e pelo Presidente do Soviète Supremo da URSS.

BELGRADO (AFP) — O Presidente Giscard Valery D'Estaing chegou ontem ao aeroporto de Belgrado para uma visita oficial de dois dias à Jugoslávia. Foi recebido pelo marechal Tito.